



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA NACIONAL DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE) SOBRE A JUVENTUDE E O
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.**

Amanda Carolina da Silva Inaba
Orientadora: Prof.^a Dr.^aMs Nazareth Malcher

**Brasília-DF
2016**

AMANDA CAROLINA DA SILVA INABA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA NACIONAL DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE) SOBRE A JUVENTUDE E O
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia, para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ms Nazareth Malcher.

**Brasília - DF
2016**

AMANDA CAROLINA DA SILVA INABA

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA NACIONAL DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE) SOBRE A JUVENTUDE E O
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional.

Professor orientador: Prof.^a Dr.^a Ms Nazareth Malcher
Universidade de Brasília

Banca: Flávia Virgínia Souza
Terapeuta Ocupacional

Aprovado em _____ de _____ de _____.

Brasília
2016

DEDICATÓRIA

*Ao meu alicerce e porto seguro, William,
Lilian e Guilherme, pela compreensão,
paciência, apoio e motivação durante toda a
graduação, e a todos os que lutam em busca
de um mundo mais digno.*

AGRADECIMENTOS

Reconheço que palavras não são o suficiente para agradecer aqueles que me acompanharam durante essa longa jornada acadêmica, eu precisaria de muito mais do que isso para retribuir as pessoas com quem pude contar. Não podendo retribuir da forma que gostaria, deixo registrado aqui a minha gratidão por cada uma dessas pessoas. A presença de vocês na minha vida foi essencial, sei que tenho meus méritos, mas acredito que sem vocês, hoje esse sonho não se tornaria uma realidade.

Falando de sonhos, lembro-me bem do dia em que soube que havia passado no vestibular, sem expectativas, não me atentei a data que sairia os resultados e, conseqüentemente, não conferi a que fim havia chegado. Fim de tarde e eu recebo uma ligação, Priscila Batista, a quem considero como irmã, me trouxe as melhores notícias que alguém poderia ter me dado naquela época, eu havia passado no vestibular. Daquele momento para frente, a minha vida mudou em incontáveis formas, e como sou grata a Deus por isso.

Ingressar na Universidade de Brasília traz desafios e responsabilidades que nos acompanham desde o momento em que escolhemos a UnB como a instituição que nos formará, não apenas como alunos, mas como pensadores, pesquisadores e pessoas que estão sempre em busca de aprimorar e problematizar seu pensamento crítico. É um misto de sentimentos que carregamos no peito até o fim. Desde o primeiro momento até o dia em que finalmente temos uma certeza: formei! Hoje trago comigo a certeza de que tudo se encaminha para o fim e a saudade que invade, mesmo sabendo do alívio que esse momento trará. Digo com sinceridade, que como em qualquer outro momento da vida, houveram episódios ruins, mas que os bons se sobrepuseram de forma espetacular. Tenho certeza que falo não apenas por mim, mas por cada aluno que passou pela UnB, quando afirmo que aprendi a amar a Universidade de tal forma que não sou capaz de traduzir em palavras. Em especial, a minha, traz consigo um ar acolhedor, que nos mostra um mundo de possibilidades, nos fazendo perceber a cada etapa do curso que temos potencial para alcançar qualquer objetivo traçado. Sentirei falta de cada dia vivido nesse lugar, tanto os bons quanto os ruins. Ingressei como uma jovem adolescente e hoje saio como adulta, esclarecida, ciente do papel que tenho perante a sociedade e com vários planos e sonhos para o futuro.

Sentirei falta dos dias intermináveis, por muitos desses anos, a Universidade foi o meu lar. Posso afirmar com toda certeza que cada dia nesse lugar trouxe uma vivência e um aprendizado. Sentirei falta do ar desafiador, dos movimentos estudantis, das lutas, da paisagem incrível, dos congressos, das festas, da biblioteca, e como não citar o R.U. e até

mesmo as greves? Sei que nunca mais passarei por experiências assim, não com os mesmos olhos.

Hoje, agradeço primeiramente a Deus, acredito que sem a sua misericórdia e amor nada seria possível em minha vida.

Agradeço também aos meus pais, com quem pude contar de forma única. Pai, meu maior incentivador, só eu e você sabemos por quantas lutas passamos juntos durante esses anos, mesmo que calados. Quero que leia essas palavras não com o aspecto clichê que elas trazem, mas com a certeza de que no fundo do meu coração carrego uma imensa gratidão por ter tido um pai que me deu muito mais do que um nome na certidão de nascimento. Você foi meu braço direito, meu apoio. Nos momentos difíceis, em vez de me condenar como pensei que faria, você disse que se fosse preciso começaríamos de novo, do zero. Obrigada pelos sacrifícios que fez por mim e desculpa pelas preocupações que causei. Obrigada por definitivamente caminhar comigo a cada passo que dei, sem você, hoje não seria a metade da pessoa que sou. Hoje sou adulta o suficiente para saber que não é apenas o DNA, os traços, o cabelo, quando me olho no espelho sei que tenho o seu caráter e agradeço a Deus por isso. Dedico-lhe não apenas essa Monografia, mas todas as conquistas que tive até hoje e as que ainda estão por vir.

Mãe, amiga, companheira, incentivadora e amor da minha vida. Quero que saiba que nada se compara ao amor e a cumplicidade que você tem por mim, esses são os maiores presentes que poderia me dar. Meu sentimento de gratidão por você é imensurável, não cabe no papel e no mundo. Sei que meus agradecimentos hoje são graças aos seus sacrifícios, sem você eu não conseguiria, sem você nada disso seria possível. Agradeço-te por me mostrar todos os dias que sou capaz, por me fazer ser a melhor versão de mim mesma, desconheço mulher tão sábia quanto você e espero ser a metade do ser humano que você é. Mãe, aqui são só palavras, papel. Mas quero que saiba que cada passo que dei até aqui foi reflexo do seu amor e da sua esperança em mim. Você é meu exemplo não apenas de vida, mas de mulher guerreira e batalhadora.

Não poderia deixar de agradecer também as minhas amigas de faculdade que durante esse período se tornaram muito mais que isso. Priscila, amiga que carrego desde os tempos de escola, obrigada pelas lutas que travamos e vencemos juntas. Te admiro muito pela pessoa que é, guerreira, altruísta, sempre em busca do melhor. Tenho você como exemplo de determinação e agradeço por permanecer na minha vida por tantos anos. Você foi essencial não apenas nessa fase da minha vida, mas em todas as outras em que passamos juntas. Jéssica Nunes, minha irmã de alma, te agradece pelo amor e pelas palavras de motivação. Tive o

prazer de te conhecer durante a graduação e posso dizer que você literalmente passou por todos esses momentos comigo. Você é uma pessoa incrível, a cada dia que passa percebo o quanto é difícil conhecer pessoas que de fato irão permanecer para resto da vida conosco, sei que você é uma delas e que ainda temos muitos caminhos para traçar juntas. Carol, codinome mulher bem resolvida. Quem diria que MAD 1 nos faria tão amigas? Sempre digo que quando crescer quero ser igual você, determinada, independente, proativa. Você tem todas as características de uma pessoa de sucesso, obrigada por somar na minha vida e me ajudar não apenas no dia a dia, mas em todo o processo de construção dessa monografia.

Agradeço também a todos os familiares e amigos que contribuíram direta e indiretamente para este momento, obrigada por poder contar com vocês.

Sem vocês, nada disso seria possível.

EPÍGRAFE

“Cada um é responsável por todos. Cada um é o único responsável. Cada um é o único responsável por todos”.

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

Introdução: Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (1965), a adolescência compreende a segunda década de vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos, período de vastas mudanças na vida emocional, social, familiar e nas relações afetivas do jovem. O adolescente quando em cumprimento de medida socioeducativa devido ao cometimento de ato infracional, acaba sendo vítima de exclusão social e muitas vezes de incompreensão familiar, agravando assim sua situação de vulnerabilidade. A partir desse contexto, o trabalho descreve pontos importantes que se destacam quanto ao sistema socioeducativo, as políticas que dão suporte a esse sistema e a compreensão de questões que envolvem a adolescência e o processo de ressocialização do SINASE. **Objetivo:** Conhecer a percepção dos profissionais que atuam no SINASE sobre a juventude e os jovens em cumprimento de medida socioeducativa e os aspectos que mais se destacam sobre as políticas públicas que se relacionam ao tema e o funcionamento desse sistema. **Metodologia:** Pesquisa do tipo exploratória mista concomitante. Foram utilizados protocolos aplicados em profissionais do SINASE, com questões abertas, fechadas e imagens sobre a juventude e os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, do projeto intitulado: *Análise sobre os discursos e ações desenvolvidas pelas equipes do sistema socioeducativo brasileiro a partir de um processo de capacitação*, que é coordenado pelo CRR/FCE/UnB. Os dados analisados foram tratados de forma qualitativa e quantitativa para descrever a percepção dos profissionais sobre a juventude e sobre sua realidade em medidas socioeducativas. **Considerações Finais:** O presente estudo teve como objetivo descrever a percepção dos profissionais do SINASE, as questões relacionadas à juventude e seus processos nas medidas socioeducativas. A partir desse contexto, percebe-se a importância de um conjunto de fatores para que se possa alcançar êxito no que se refere ao cuidado do adolescente que cumpre algum tipo medida. É fundamental, que além da proteção do estado, o adolescente possa contar com o apoio familiar, o direito a saúde e ao lazer, e a dignidade no que se refere à pessoa humana, para que, assim, as medidas deixem de ter caráter punitivo e passem a ter de fato, uma abordagem psicopedagógica.

Palavras chaves: Juventude, adolescência, socioeducadores, medida socioeducativa, defesa da criança e do adolescente, políticas públicas, reabilitação juvenil, delinquência juvenil, delinquência.

ABSTRACT

Introduction: According to the World Health Organization - WHO (1965), adolescence comprises the second decade of life, that is, from 10 to 20 years, a period of vast changes in the emotional, social, family and the emotional relationships of the young. The teenager when in compliance with socio-educational measures due to an infraction of commitment, ends up being the victim of social exclusion and often family misunderstanding, thereby exacerbating their vulnerability. From this context, the work describes important points that stand out on the socio-educational system, policies that support this system and understanding of issues surrounding adolescence and resocialization process SINASE. **Objective:** Knowing the perception of professionals working in SINASE on youth and young people in fulfillment of socio-educational measures and aspects that stand out on public policies that relate to the theme and the functioning of this system. **Methodology:** Research concomitant mixed exploratory. protocols were used applied in SINASE professionals, with open questions, closed and images on youth and young people in fulfillment of socio-educational measures, the entitled project: Analysis of the speeches and actions developed by the teams of the Brazilian socio-educational system from a process training, which is coordinated by CRR/FCE/UnB. Data were treated in a qualitative and quantitative way to describe the perception of professionals on youth and on their reality in educational measures. **Final Thoughts:** This study aimed to describe the perception of SINASE professionals, issues related to youth and their processes in educational measures. From this context, we see the importance of a set of factors so that we can achieve success in relation to adolescent care that meets some type measure. It is essential that in addition to state protection, the teenager can count on family support, the right to health and leisure, and the dignity with regard to the human person, so therefore the measure were allowed to take punitive and start to actually have a psychoeducational approach.

Key-words: Youth, adolescence, socioeducadores, socio-educational measures, child protection and adolescents, public policy, youth rehabilitation, juvenile, delinquency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA1 – Percepção do profissional do SINASE quanto ao jovem em cumprimento de medida socioeducativa.....	31
FIGURA 2 – Percepção dos profissionais do SINASE quanto ao comportamento do jovem em cumprimento de medida socioeducativa.....	31
FIGURA 3 – Recomendações aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa feita por profissionais do SINASE que participaram do curso de capacitação.	32
FIGURA 4 – Atividade com imagem 1.....	33
FIGURA 5 - Atividade com imagem 2.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Análise das Questões do Quiz da Juventude, realizado no curso de capacitação para profissionais do SINASE, 2016.....	22
Tabela 2. Análise das variáveis da atividade com imagem, realizado no curso de capacitação para profissionais do SINASE, 2016.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	O adolescente que cumpre medida socioeducativa é:.....	26
Gráfico 2.	O adolescente que cometeu ato infracional necessita:.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CONEP - Comissão Nacional de ética em Pesquisas

CRR - Programa de extensão Centro de Referências sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas

CF – Constituição Federal

DF – Distrito Federal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FCE/UnB -Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília

FS – Faculdade de Saúde

HIV – *Human Immunodeficiency Virus*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MSE – Medida Socioeducativa

OMS - Organização Mundial de Saúde

PIA – Plano Individual de Atendimento

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UI - Unidades de internação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	4
2. CONTEXTOS DO PENSAMENTO COLETIVO SOBRE O ADOLESCENTE E A JUVENTUDE.....	7
2.1 Definições sobre o que é adolescência.....	7
2.1.1 A juventude como aspecto social.....	7
2.1.2 O adolescente como sujeito de direitos.....	9
3. SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE).....	11
4. ASPECTOS SOBRE O CONSUMO DE DROGA, JUVENTUDE E MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS.	14
4.1 Consumo de drogas no Brasil.....	14
4.1.1 Perfil sócio demográfico de usuários de drogas no Brasil.....	15
4.1.2 Histórico criminal e problemas no atendimento socioeducativo.....	16
5. MÉTODO.....	188
1. a. Tipo de estudo.....	18
2. b. Estratégia de pesquisa.....	18
3. c. Local de pesquisa e sujeito	18
4. d. Instrumento da pesquisa	199
5. e. Análise de dados	20
6. f. Aspectos éticos.....	211
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	37
ANEXO I.....	41
ANEXO II	43
APÊNDICE A.....	4

1. INTRODUÇÃO

Segundo Ferreira e Farias (2010, p. 1) “a adolescência é definida como um período biopsicossocial que compreende, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (1965), a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos”. Esse critério também adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007a) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2007b). Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), adolescente é o indivíduo que tem entre 12 e 18 anos de idade.

Colocando em foco a realidade da sociedade nos dias atuais, constata-se que, na maioria das vezes, o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa devido ao cometimento de ato infracional, acaba sofrendo algum tipo de exclusão social e incompreensão familiar, agravando o problema e gerando situações de vulnerabilidade. A partir desta ótica, é necessário ressaltar a importância da garantia dos direitos e deveres que assistem a crianças e adolescentes, atribuindo responsabilidade não apenas ao Estado, mas também ao meio social, familiar e aos profissionais responsáveis por mediar soluções e promover a ressocialização do adolescente diante de tais situações. (BRASIL, 2002).

De acordo com Costa e Assis (2006), os diferentes trajetos de envolvimento e não envolvimento do menor em conflito com a lei com o cometimento de ato infracional perpassam a complexa combinação de aspectos que os predispõem ao risco, e também, daqueles que podem protegê-los. Neste caso, além do apoio familiar, a garantia de direitos, a proteção integral e a promoção da saúde para o adolescente devem ser vistas como prioridade para o crescimento e o desenvolvimento do mesmo, buscando evitar que o jovem corra riscos de envolvimento com o ato infracional, e, caso ocorra, que o processo de ressocialização não seja trabalhado de forma punitiva, mas sim, de forma educativa, colocando o adolescente em conflito com a lei como protagonista da sua vida, e incentivando suas potencialidades e capacidades.

O sentido de “cura” ou de “reforma moral” necessita ser substituído pelo ideal de transformação das condições que afetam a vida do adolescente e pelo investimento em suas potencialidades. Neste sentido, o paradigma da *promoção de saúde* desponta como contribuição possível no tocante ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei. (COSTA e ASSIS. 2006, p. 2).

Para Rosalen e Salles (2002), o descumprimento das ações voltadas para os direitos humanos torna-se mais agudo quando o eixo está ligado ao direito das crianças e adolescentes, elo considerado fraco perante a sociedade. Neste âmbito, mais que a proteção garantida pelo

estado, inscrita na ordem jurídica, o que está em pauta é a justiça social e a ausência de políticas sociais eficientes o bastante para que crianças e adolescentes brasileiros, de fato, tenham o que se considera uma infância digna de todo cidadão, garantindo seus direitos perante a sociedade e o estado.

No Brasil, duas leis dispõem ações a serem seguidas quanto aos adolescentes em conflito com a lei: o (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O ECA compreende a criança e o adolescente como pessoa em desenvolvimento na condição de sujeito de direitos, e tem como doutrina a proteção integral dos mesmos, trazendo também quais medidas devem ser tomadas quando cometido ato infracional. Já o SINASE, tem como prioridade a socialização e a ressocialização por meio de processos educativos, sejam ações realizadas no meio aberto ou as restritivas de liberdade.

As medidas socioeducativas possuem um duplo caráter, sendo ao mesmo tempo retributiva e socioeducativa. Retributiva no sentido de constituir-se em uma sanção, uma resposta do Estado a quem transgrediu seus regulamentos; e socioeducativa no sentido de possuir um objetivo nitidamente pedagógico e ressocializador. (ZAPPE & RAMOS, 2010. P. 2).

De modo geral, a eficácia das medidas socioeducativas advém da articulação entre os sistemas estatais, a quem compete à garantia dos direitos ligados a dignidade humana como saúde, educação, segurança e ao devido processo legal. (BRASIL, 2012)

A problemática que envolve o ato infracional e a execução das medidas socioeducativas tem múltiplas causas e está vinculada a concepções obsoletas na forma como enfrentar/ lidar com o adolescente autor de ato infracional. As medidas socioeducativas, sejam aquelas executadas em meio aberto ou as restritivas de liberdade, devem guiar-se pelo trinômio: liberdade, respeito e dignidade. A intervenção deve ser obrigatoriamente pedagógica e não punitiva. (VERONESE e LIMA, 2009, p.2).

Segundo Assis, Pesce&Avanci (2006), é de extrema importância compreender o adolescente em conflito com a lei a partir da concepção dos riscos que permeiam os processos físicos, sociais e emocionais de seu desenvolvimento, remete a importância de averiguar a função das políticas públicas, dos fatores de proteção que promovem a resiliência e das instituições sociais enquanto prováveis promotoras desses fatores.

O interesse pelo presente estudo surgiu da participação no projeto *Análise sobre os discursos e ações desenvolvidas pelas equipes do sistema socioeducativo brasileiro a partir de um processo de capacitação*, promovido pelo Programa de Extensão Centro de Referências sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas, da Faculdade de Ceilândia, Universidade de

Brasília (CRR/FCE/UnB). Este programa de extensão surgiu em 2012 com o objetivo de desenvolver ações de capacitação para as redes intersetoriais (saúde, assistência social, justiça, educação e segurança pública) que atua com a problemática das drogas.

Uma das atividades desenvolvidas pelo CRR/FCE/UnB foi à capacitação para profissionais que trabalham no Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE) do Distrito Federal, que atuam com jovens em conflito com a lei e que são acompanhados nas diversas formas de atendimento nesse sistema.

A partir desse contexto, buscou-se conhecer a percepção dos profissionais que atuam no SINASE sobre a juventude e os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, para entender aspectos relacionados, sobre suas percepções e a atuação profissional neste campo, tornando possível a compreensão das possibilidades de suas interações com as práticas desenvolvidas com o adolescente em conflito com a lei.

Para isto este estudo se divide em sete capítulos. O primeiro capítulo apresenta aspectos teóricos sobre o pensamento coletivo do adolescente e da juventude, buscando compreender definições sobre o que é a adolescência, a juventude como aspecto social e o adolescente como sujeito de direitos.

O segundo capítulo tem como objetivo caracterizar o SINASE a partir de seu contexto histórico, buscando esclarecer questões sobre a política e os serviços e atividades que compõem este sistema.

O terceiro capítulo traz o perfil sóciodemográfico de usuários de drogas no Brasil associado à criminalidade e a problemas no atendimento socioeducativo.

No quarto capítulo, é possível compreender os métodos utilizados no estudo.

O quinto capítulo traz os resultados e discussões sobre os dados analisados e tratados dos instrumentos que foram utilizados nesse estudo.

O sexto e último capítulo se refere às considerações finais obtidas a partir dos resultados do estudo, questões limitadores e agenda de pesquisa.

2. CONTEXTOS DO PENSAMENTO COLETIVO SOBRE O ADOLESCENTE E A JUVENTUDE.

2.1 Definições sobre o que é adolescência.

Para Vilhena e Zamora (2011), quando se trata de crianças, adolescentes e jovens se torna necessário compreender estas palavras e seus múltiplos significados descritos em nossa cultura e nas representações psíquicas a que se referem.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (1965), o Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2007a) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2007b), a adolescência é vista como período de grandes mudanças biológicas, sociais e culturais e compreende a segunda década de vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a adolescência está na faixa dos 12 aos 18 anos. (BRASIL, 2007c). Esse período é marcado por grandes mudanças que trazem a criança do mundo infantil para um mundo de descobertas e responsabilidades.

Segundo T. H. Schoen-Ferreira&Cols (2010), a adolescência se inicia com mudanças corporais decorrentes da puberdade e termina com a inserção social, a introdução no mercado de trabalho e na economia, encaminhando-se assim para o início da vida adulta.

Para Eisenstein (2015), o período de transição entre a infância e a vida adulta é caracterizado como a fase da adolescência. Durante esse período, o adolescente é cercado por grandes mudanças, sendo essas do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos ligados às expectativas culturais impostas pela sociedade em que vivemos. Esse processo de mudanças se inicia com alterações corporais da puberdade e é finalizado quando o indivíduo estabelece seu crescimento e sua personalidade, obtendo então sua independência econômica, além da integração no ciclo social que convive.

2.1.1 A juventude como aspecto social.

A juventude se apresenta como questão social no mundo contemporâneo a partir de duas óticas. De um lado, por meio de “problemas” que estão constantemente ligados aos jovens, como o cometimento do ato infracional, o comportamento de risco associado à transição social, a drogadição, entre outros, que demanda medidas de enfrentamento por parte

da sociedade. Por outro lado, a juventude é tradicionalmente marcada como fase de transição para vida adulta, o que exige tanto da sociedade quanto da família um esforço coletivo, no sentido de preparar o jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo, trazendo assim concepções da juventude como “etapa problemática” ou como “fase preparatória” da vida. (BASTOS e BERTONI, 2014).

Perante a sociedade, o jovem é visto como propulsor da construção de um futuro melhor. Por muitas vezes, os mesmos estão associados a grandes expectativas e realizações, pois, teoricamente, é nessa fase que costumam desenvolver pensamento crítico acerca de fatores que regem a sociedade, como política, economia, direitos humanos, dentre outros aspectos sociais. Nesse contexto, muitos consideram essa faixa etária como a solução para o amanhã, e, por muitas vezes, colocam o jovem como responsável por mudanças positivas que eventualmente possam ocorrer no mundo. Nesse caso, se o futuro será construído por aqueles que hoje são jovens, investir na juventude, garantir seus direitos e valorizar seus potenciais é necessário para que o jovem tenha de fato a oportunidade de provocar mudanças que causem bons resultados. (BRASIL, 2005)

Mas o que é ser jovem? Partimos da ideia que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. De maneira geral, podemos dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. (DAYRELL e GOMES, 2009, p. 3)

De acordo com Dayrell e Gomes (2009), se por um lado a sociedade cobra que a juventude seja protagonista de grandes feitos, por outro, não encara o jovem como sujeito de direitos e não considera o mesmo como interlocutor válido, capaz de opinar e de interferir nas propostas que lhes dizem respeito, muitas vezes desestimulando e causando grandes frustrações uma vez que existe a cobrança, mas não a credibilidade, a oportunidade. Além disso, o Estado não oferece a assistência que o mesmo precisa para desenvolver seus potenciais, falhando em questões de políticas públicas e na garantia de espaços onde o jovem possa vivenciar essa fase tão importante da vida.

Brasil (2005, p. 4) afirma que “diante dos elevados graus de desigualdade e pobreza no país, a garantia de oportunidades para a juventude só poderá ser alcançada se existirem grandes e efetivos investimentos públicos”.

Durante esse período de transição para a vida adulta, o jovem é visto a partir de duas vertentes, por um lado é visto como ser ativo e colaborativo, e por outro traz consigo fatores

como consumo e tráfico de drogas, crescimento alarmante dos índices de violência e cometimento de atos infracionais, onde muitas vezes são julgadas de forma negativa, sendo desconsiderando fatores socioeconômicos como alto grau de vulnerabilidade, escolaridade, suporte familiar e recursos financeiros.

Diante de tais dificuldades, é evidente que para enfrentar essas questões e diminuir os seus efeitos perante a juventude brasileira requer levar a sério os problemas sociais e as demandas desses jovens, não atribuindo responsabilidades que fogem das suas obrigações e dando o suporte necessário para que o mesmo consiga se desenvolver e transitar de forma satisfatória para a fase adulta. Sob este aspecto, encontra-se a necessidade da reflexão acerca dos “riscos” que devem ser considerados durante esse trajeto, e as dificuldades encontradas durante essa trajetória que lhe dará acesso ao mundo adulto, de modo que as ações e políticas públicas que visam à prevenção de danos e a diminuição de riscos façam algum sentido para os próprios jovens e sejam realmente efetivas.

2.1.2 O adolescente como sujeito de direitos.

A doutrina de proteção integral disposta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei 8.069/90 traz a criança e o adolescente à condição de sujeitos de direitos e os reconhece como pessoas em desenvolvimento, além de conferir a família, ao Estado e à sociedade o dever de assegurar seus direitos fundamentais e de proteção com prioridade absoluta. (Art. 227, CF/88).

A prioridade absoluta a que se refere o adolescente, engloba o direito de receber proteção e socorro a qualquer momento e independente das circunstâncias as quais o mesmo se insere, prioriza o atendimento nos serviços públicos ou de valor público, a preferência na criação e execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos no que se refere à proteção da infância e da juventude. Dentro desse contexto também se encontram os projetos sociais de esporte e lazer que abrangem crianças e jovens com baixa renda familiar, os quais são ações de cunho social da iniciativa privada, dos governos e das ONGs e dos organismos internacionais, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (BORGES, 2013) Ainda sobre a garantia de direitos, a Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamenta a proteção da infância e da adolescência e legitima as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos. (RAPOSO, 2009)

Para Borges (2013), no momento em que o ECA é regulamentado, em 1990, surge em relação ao adolescente infrator novos preceitos, uma vez que essa legislação, considerada uma das mais modernas do mundo, estabelece uma gama de dispositivos legais de constituição e formação desse sujeito que estão diretamente ligadas aos vários campos que se referem ao saber científico, (direito, psicologia, medicina, biologia, pedagogia, educação) os quais elaboram as suas próprias verdades diante desse adolescente, o que consequentemente acaba causando efeitos em toda a sociedade.

O Estado que governa, é responsável pela implantação de políticas públicas, segundo os princípios legais do ECA, impondo na prática, meios governamentais para que essas medidas de recuperação social do adolescente atinjam a finalidade que se espera evitando uma maior reincidência delitiva. A educação e as práticas esportivas direcionadas aos jovens afiguram-se como meios eficientes para sua reinserção ao convívio social, pois ainda que normalizados, são pessoas em construção, sendo vítimas de abusos familiares e desrespeitados em seus direitos básicos como cidadão até chegar à idade adulta. (BORGES, 2013, p. 1)

De acordo com Veronse e Lima (2009), crianças e adolescentes, na condição de sujeitos de direitos, recebem proteção especial, uma vez que são vistos como seres ainda em desenvolvimento e que por isso possuem total prioridade na efetivação de seus direitos fundamentais.

No que se refere à saúde, a Política Nacional de Saúde do Adolescente e Jovem tem como prioridade a atenção integral dessa parte populacional, levando em consideração as demandas específicas de adolescentes e jovens, e aspectos que se referem a questões socioeconômicas e culturais do meio social à qual pertencem, bem como as diferenças de gênero, raça e religião. (RAPOSO, 2009).

3. SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE foi sistematizado e apresentado em 2004, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sendo instituído pela Lei Federal 12.594/2012 em 18 de Janeiro de 2012. Tem como objetivo promover ações por meio de intervenções educativas no atendimento ao adolescente que cumpre medidas socioeducativas. (VERONESE, 2009).

Em novembro do mesmo ano promoveram um amplo diálogo nacional com aproximadamente 160 atores do SGD, que durante três dias discutiram, aprofundaram e contribuíram de forma imperativa na construção deste documento (SINASE), que se constituirá em um guia na implementação das medidas socioeducativas. (CONANDA, 2006: 15)

Visando a ressocialização por meio de intervenções psicopedagógicas, o SINASE traz as medidas socioeducativas com o intuito de dar suporte social ao adolescente em conflito com a lei, oferecendo uma assistência protetiva que remeta ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de adversidades advindas de problemas socioeconômicos, sociais, familiares e psicossociais. (COSTA e ASSIS, 2006).

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social [...]. Para tanto é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. Nesse sentido a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento de evolução pessoal do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente. (SINASE, 2006, P. 52).

O SINASE busca articular os três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal para melhorar desenvolvimento do atendimento socioeducativo ao adolescente, levando em consideração a responsabilidade que deve ser distribuída entre a família, o Estado e a sociedade. Para Souza (2008), é necessário que haja uma articulação de trabalho em conjunto, pautados em sistemas de redes para alcançar a real efetivação dos direitos infanto-juvenis.

A ideia de rede tem por base o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, compreendendo os diversos atores que interagem para garantir esses direitos. [...] Assim, esses sistema de garantia apresenta eixos de ação (promoção de direitos, defesa dos direitos e controle social), que criam redes internas e entre si. (SOUZA, 2008, p. 45-46).

As medidas socioeducativas, sejam aquelas executadas em meio aberto ou as restritivas de liberdade, devem ser guiadas por três vertentes: liberdade, respeito e dignidade. Dessa forma, a política tem como foco principal a ressocialização do adolescente por meio de intervenções obrigatoriamente pedagógicas, excluindo totalmente atos punitivos. Conforme previsto na Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 e no ECA, são penalmente inimputáveis as pessoas com idade inferior a 18 anos, no entanto, há que se afirmar que o menor de dezoito anos é inimputável penalmente, mas está sujeito as normas presentes na legislação especial. Desde 1990, adolescentes entre 12 a 18 anos de idade são responsabilizados por seus atos frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e do Adolescente, quando um adolescente age contra a lei, podem ser aplicadas as seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção de regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Nas duas primeiras medidas, o adolescente é isento de ligação com qualquer unidade de atendimento. No caso da advertência, o adolescente recebe uma repreensão judicial, com objetivo de atentá-lo para as consequências dos atos infracionais e da reincidência. A reparação do dano é o ressarcimento do dano ou do prejuízo causado a vítima. A prestação de serviços à comunidade se refere à execução de trabalhos que são de interesse da comunidade pelo adolescente, é feito sem remuneração e tem duração de no máximo seis meses, com até oito horas semanais. A liberdade assistida ou em meio aberto, engloba a assistência ao adolescente por uma equipe especializada que tem como o objetivo a criação de vínculo com o mesmo e busca estabelecer, em parceria com o autor do ato infracional e sua família, o Plano Integrado de Atendimento. O regime de semiliberdade se refere à restrição parcial da liberdade dos responsáveis pelo ato infracional, trata-se da medida intermediária entre o meio aberto e fechado. Por fim, como medida mais extrema, tem-se a medida de internação, que ocorre em casos mais graves ou em casos de reincidência.

A partir dessa ótica, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo se organiza em três tipos de serviços, sendo eles: Unidades de atendimento em Meio Aberto, Unidades de

Semiliberdade e Unidades de Internação e conta com profissionais das políticas setoriais de educação, saúde, assistência social, segurança pública, trabalho, cultura, esporte e lazer.

Nesse contexto, as medidas socioeducativas têm como prioridade auxiliar e contribuir para o desenvolvimento do adolescente, garantindo-lhes o acesso à educação, a cultura, a informação, ao lazer, a profissionalização e a convivência comunitária. É importante que o adolescente seja assistido por todos os eixos que lhe cercam, contando com a família e com o Estado para que possa crescer e se desenvolver com dignidade, e com a garantia de seus direitos preservados.

4. ASPECTOS SOBRE O CONSUMO DE DROGA, JUVENTUDE E MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS.

4.1 Consumo de drogas no Brasil.

Relacionado à temática, no Brasil, as primeiras intervenções do governo se deram no século XX com a origem de um instrumento jurídico-institucional que tinha como objetivo estabelecer o controle do uso e do comércio de drogas e a resguardar a segurança e a saúde pública no país. Nesse período, o uso de drogas ainda era embrionário e consequentemente não constituía uma ameaça à saúde pública. Já o consumo de bebidas alcoólicas era constante, mas, por ter sido mais tolerado pelos governantes e pela sociedade brasileira, não era um aspecto a qual o governo dava atenção necessária. (MACHADO e MIRANDA, 2007).

Ferreira et al. (2003) relata que o advento do consumo de drogas psicotrópicas é tão antigo quanto a própria civilização. Diversos meios sociais e culturas têm usado as drogas para modificar a disposição e o humor, os pensamentos e os sentimentos. Observando de um panorama feral, a cocaína, a heroína e a maconha são as drogas mais consumidas de forma abusiva e ilegal. Após a década de 80, o uso de cocaína vem crescendo em todo o mundo, principalmente na forma de pedra, o crack.

Canoletti e Soares (2005) trazem à tona a complexidade e à relevância das complicações contemporâneas do consumo de drogas no Brasil. Esse cenário tem sido discutido por diversos setores da sociedade civil e do Estado (Brasil, 2003). No primeiro momento de análise das ações que vêm sendo tomadas com intuito de compreender e solucionar o problema encontram-se dois grandes momentos: a chegada da Aids, quando o Brasil se caracterizava pela ausência quase absoluta de pesquisas e pela necessidade de políticas públicas e programas de prevenção ao consumo de drogas; e, posteriormente, no momento em que houve a constatação da epidemia da Aids, quando os programas de prevenção à transmissão do HIV passaram a preocupar-se com a partilha de materiais para o uso de drogas injetáveis – uma das maneiras que se transmite.

Guimarães et al. (2008), elucida que, atualmente, a dependência química se tornou uma importante adversidade de saúde pública e tem instigado os profissionais da saúde a assimilar o perfil do usuário de substâncias psicoativas, em vista das dificuldades de manejo e abordagem desse cenário.

O uso excessivo de substâncias psicoativas no cenário atual da sociedade demonstra uma problemática complexa e, embora as mudanças histórico-culturais e os avanços científico-tecnológicos tenham sido pontuais nos últimos tempos, as concepções e formas de abordagem prática de tal fenômeno não têm progredido significativamente e demandam estudos e reflexões que se relacionam com as intervenções, bem como às políticas e conhecimentos teóricos que têm dado base às mesmas. No que se refere às drogas, lícitas e ilícitas, devido ao uso abusivo, à influência que exercem nos fatores externos (agressão, violência, mortes, problemas familiares, perdas afetivas), pela utilização ou pelo comércio, além de refletir na saúde pública brasileira (por meio de internações, atendimentos de emergência etc.) se constituem como um problema social no Brasil. (SOUZA e KANTORSKI, 2007)

4.1.1 Perfil sócio-demográfico de usuários de drogas no Brasil.

Para Souza e Kantorski (2007) de várias formas, os usuários de drogas estão ocultos da sociedade, tanto por ser considerado ilegal quanto pela criminalidade que está diretamente ligada a ela, tornando difícil definir com precisão o seu número.

Eles podem ser encontrados: a) em serviços especializados no tratamento de dependência química, onde são internados para recuperação ou por "overdose"; b) em delegacias de polícia, cadeias e nos presídios, onde se encontram devido aos crimes relacionados às drogas; c) em hospitais, quando são agredidos em consequência da violência, ou quando são vistos para cuidados médicos devido às drogas ou outras condições a elas relacionadas, tais como infecções. (FERREIRA et al, 2003, p. 2).

Segundo uma pesquisa realizada em 2014, pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Brasil, os usuários de drogas são, majoritariamente, adultos jovens com idade média de 30, 28 anos e são, predominantemente, do sexo masculino por estarem diretamente ligados ao tráfico. Relacionado à raça e cor, há um maior número de usuários “não brancos” nas cenas de uso. Observando a população de forma geral, segundo o Censo 2010 (IBGE), os “não brancos” correspondem a aproximadamente 52% da população brasileira, o que destaca um maior número de pretos e pardos em contexto de vulnerabilidade social ligados ao uso de drogas. Ainda de acordo com esses dados, a maioria da população brasileira que é usuária de droga é solteira, tal fato pode estar ligado à falta de construção de laços familiares. Referente à escolaridade, 57,60% da população cursou apenas o ensino fundamental, entre a 4ª e a 8ª série, logo em seguida, temos 19,55% de pessoas que foram alfabetizadas até a 3ª série do

ensino fundamental, com ensino médio cursado temos apenas 16,49% da população, 4,02% não completou nenhuma série e a menor porcentagem fica para pessoas que possuem nível superior. Em questão de moradia, a maior parte da população que faz uso de drogas mora na rua. Tal fato está ligado a questões de vulnerabilidade social, baixa renda, quebra de vínculo familiar, e a falta de políticas públicas que atendam questões sociais voltadas para usuários de drogas que são moradores de rua.

4.1.2 Histórico criminal e problemas no atendimento socioeducativo.

Silva e Guerese (2003) apontam que “No Brasil, para cada grupo de 10 mil adolescentes, existem apenas três (2,88) jovens privados de liberdade, ou seja, cumprindo medida socioeducativa em uma das 190 instituições disponíveis no país para esta finalidade”.

Quanto ao histórico criminal, devido à marginalização, a falta de renda, ausência de emprego fixo, e do apoio familiar, grande parte dos usuários de drogas acabam cometendo atos infracionais. No caso de adolescentes que são usuários de drogas e entram em conflito com a lei, entram em cena as medidas socioeducativas que são responsáveis por ressocializar o adolescente com intervenções que seguem a linha psicopedagógica. Nesse contexto, é importante destacar não apenas os pontos positivos que se encontram na aplicação das medidas, mas também as falhas que as mesmas trazem quanto ao atendimento adequado que deve ser oferecido ao adolescente que faz parte do programa. (BRASIL, 2012)

Albuquerque et al (2014), traz o SINASE como um programa muito bem elaborado, mas, que, como qualquer outro programa ou política que assista o cidadão, tem suas falhas e necessita estar em constante mudança para se adaptar de acordo com o momento em que se vive. O estudo traz uma pesquisa realizada com adolescentes e profissionais que estão diretamente ligados ao SINASE. Os adolescentes destacaram a relação de direitos, violência policial e não cumprimento do ECA (Estatuto da Criança e do adolescente), e do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Já os profissionais apontaram a estigmatização, preconceitos e discriminação por parte da rede intersetorial de serviços públicos que atende aos adolescentes e a sua família.

É de extrema importância que as falhas e as necessidades apontadas sejam vistas para que os problemas sejam resolvidos, identificar as falhas de alguma política pública ou programa realizado é tão importante quanto exaltar seus pontos positivos. (DAVOGLIO e GAUER, 2011)

De acordo com dados do Ministério da saúde (2012), de modo geral, temos então, usuários de drogas que são em sua maioria, homens, jovens, com pouca escolarização, com baixa ou nenhuma renda, sem emprego fixo e moradores de rua.

Diante de tais fatos, se faz necessário um olhar que compreenda o usuário de drogas como pessoa de direitos, livre de rótulos e julgamentos e não como um drogado, dando assistência para que o mesmo viva com dignidade e possa usufruir dos direitos que o Estado oferece por lei.

5. MÉTODO

a. Tipo de estudo

Trata-se de um estudo exploratório misto concomitante, associando métodos qualitativos e quantitativos, para descrever a percepção dos profissionais sobre a juventude e sobre sua realidade em medidas socioeducativas, possibilitando triangular, em diferentes instrumentos, similaridades e distinções sobre o perfil dos profissionais do SINASE.

b. Estratégia de pesquisa

O estudo teve como estratégia a pesquisa exploratória, por meio de dados de protocolos com questões abertas, fechadas e por imagens sobre a juventude e sobre seu cumprimento na medida socioeducativa.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas: a primeira etapa tratou-se de um levantamento na literatura para a composição do referencial teórico do estudo, assim como para dar subsídio à pesquisa em relação à juventude e aos principais aspectos relacionados ao tema. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em relação às normas que envolvem o adolescente e as medidas socioeducativas.

Na segunda e terceira etapa foi feito tratamento e análise dos protocolos utilizados no projeto intitulado: *Análise sobre os discursos e ações desenvolvidas pelas equipes do sistema socioeducativo brasileiro a partir de um processo de capacitação*. Finalmente, na quarta etapa, os dados foram triangulados para observar o perfil sobre a temática.

c. Local da pesquisa e sujeito

O local do estudo foi no Programa de Extensão Centro de Referências sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas, Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília (CRR/FCe/UnB). Uma das atividades realizadas dentro desse programa de extensão e que serviu de subsídio para este trabalho foi a Capacitação para profissionais do Sistema Socioeducativo (SINASE), ocorrida no período de agosto a outubro de 2015, em Brasília.

A capacitação foi dividida em quatro etapas, sendo elas: conteúdo teórico, conteúdo prático, atividade teórica prática e atividade extraclasse. No conteúdo teórico os profissionais tiveram aulas relacionadas ao adolescente e ao perfil dos adolescentes em cumprimento de

medida socioeducativa, assim como a caracterização do sistema socioeducativo, construção de Redes de Apoio, violência e direitos humanos e, por fim, uso de drogas e criminalidade.

O conteúdo prático foi dividido em três momentos, no primeiro momento denominado Roda de conversa os participantes discutiram como os profissionais do sistema socioeducativo trabalham; relato de experiências exitosas ou não e abordagem das dificuldades encontradas no cotidiano de suas atividades. O segundo momento, denominado Roda de interação, buscou discutir e fazer a construção conjunta de possibilidades de enfrentamento dos problemas encontrados no SINASE. Por fim, os profissionais participaram de uma oficina que buscou compreender o adolescente a partir de uma atividade de colagem.

Na atividade teórica prática, os profissionais preencheram um Diário de Bordo que tinham questões como: o que os profissionais pensam sobre o SINASE e descrever, a partir do local que trabalha, fatores que protegem e fatores que são risco.

Por fim, foram realizadas atividades extraclasse que buscaram abordar aspectos que se relacionavam a realidade do serviço dos profissionais que participaram do curso.

A carga horária foi de 40h e a didática abordada foram aulas teóricas associadas a dinâmicas grupais que se relacionavam aos conteúdos ministrados.

Os sujeitos da pesquisa foram os profissionais que participaram do curso de formação, os mesmos foram indicados pelas Secretarias da Criança e da Saúde do Governo do Distrito Federal, que atuam no quadro do Núcleo de Saúde, Núcleo Psicossocial e Núcleo de Educação de todos os Grupos de Apoio Operacionais, Unidades de Atendimento em Meio Aberto, Unidades de Semiliberdade e Unidades de Internação que se encontra em funcionamento no Distrito Federal. A amostra total foram de 73 participantes que responderam dois instrumentos utilizados no estudo.

d. Instrumento da pesquisa

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos da pesquisa realizada pelo CRR/FCe/UnB durante a capacitação, foram eles: Quiz da juventude (ANEXO I), e atividade com imagem (ANEXO II).

O primeiro instrumento denominado Quiz da Juventude, foi aplicado aos profissionais durante a aula três e teve como objetivo compreender a percepção de aspectos gerais sobre o processo da adolescência e questões associadas às vulnerabilidades, aos fatores de risco e proteção dos jovens. Esse instrumento foi elaborado a partir de duas questões centrais, em formato checklist. A questão 1 foi dividida em dois momentos, onde os

profissionais deveriam marcar a alternativa que mais se aproxima da sua compreensão sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A questão 2 continha vinte afirmativas e os profissionais deveriam assinalar até três afirmativas que mais se aproximam de sua compreensão sobre os adolescentes.

Este instrumento foi aplicado aos profissionais após uma aula sobre juventude.

O segundo instrumento foi uma atividade na qual os profissionais deveriam a partir do desenho de uma imagem do corpo humano caracterizar o adolescente. Este instrumento foi aplicado durante a quarta aula e propôs que cada participante construísse na imagem sua percepção do adolescente, por meio de uma pintura, colagem e escrita. Posteriormente, foi levantado problematizar a atividade com situações como: O que vocês sentem quando veem esse(a) adolescente? Como vocês se relacionam com este menino(a)?

e. Análise dos dados

Num primeiro momento, foram estudados alguns materiais que serviram de subsídio para o trabalho e ajudaram na construção teórica dos capítulos.

O instrumento, Quiz da juventude, foi tratado de forma quantitativa. Os dados foram organizados por meio de planilhas do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, versão 21). Por fim, foi levantado a frequências das respostas e apresentadas de forma descritiva.

O segundo instrumento referente à descrição do adolescente sobre uma imagem do corpo humano foi tratada qualitativamente, de duas formas: (1) com a organização das descrições literais em uma planilha categorial com as variáveis, Perfil Sóciodemográfico, Características, Comportamento, Auto percepção, Contexto Social, Recomendações e Atos infracionais cometidos (APÊNDICE A); e (2) escaneamento das figuras como ilustrativo ao estudo.

Na planilha categorial, foi selecionado as unidades de análise e narrativas representativas em cada categoria e levantado a frequência, apresentado descritivamente e ilustrativamente as imagem e narrativas.

Por fim, os resultados de ambos os instrumentos foram triangulados, verificando similaridades e distinções da percepção dos profissionais sobre os adolescentes e sua situação na medida socioeducativa. Possibilitando discutir com as práticas desenvolvidas por esses profissionais e as demandas de formação.

f. Aspectos éticos

Este estudo cumpriu com a resolução nº466/2012 da Comissão Nacional de ética em Pesquisas (CONEP), para estabelecer os referências bioéticos para pesquisa com seres humanos. Os instrumentos do estudo fazem parte da pesquisa intitulada *Análise sobre os discursos e ações desenvolvidas pelas equipes do sistema socioeducativo brasileiro a partir de um processo de capacitação*, aprovada, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - CEP/FS-UNB.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo possibilitou descrever a percepção de profissionais que atuam no SINASE sobre a juventude e sua relação com as medidas socioeducativas e entender aspectos relacionados sobre suas percepções, sua atuação profissional e as demandas de formação.

O protocolo do Quiz da juventude possibilitou conhecer a frequência das variáveis levantadas pelas questões fechadas sobre o jovem, e suas diversas relações com as medidas socioeducativas, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Análise das Questões do Quiz da Juventude, realizado no curso de capacitação para profissionais do SINASE, 2016.

Questões do Quiz sobre a juventude	Resposta N (%)	
	Sim	Não
Para entender o adolescente em conflito com a lei é importante conhecer sua realidade.	57 (78,1)	16 (21,9)
As ações dos adolescentes são escolhas individuais.	3 (4,2)	69 (95,8)
As ações dos adolescentes não estão relacionadas ao seu contexto de vida.	27 (37,0)	46 (63,0)
As ações dos adolescentes não estão relacionadas ao seu contexto social.	1 (1,4)	72 (98,6)
As ações dos adolescentes são de responsabilidade exclusiva dele.	-	73(100,0)
As ações dos adolescentes fazem parte de problemas de conduta.	3 (4,1)	70 (95,9)
Quando o adolescente cria um vínculo afetivo com o educador torna diferente a relação que ele (adolescente) tem com o processo de aprender.	7 (9,6)	66 (90,4)
Os atos infracionais são cometidos por jovens de todas as classes sociais.	11 (15,1)	62 (84,9)
A má criação dos pais é o que leva ao cometimento de atos infracionais pelos adolescentes.	4 (5,5)	69 (94,5)
A base para se estabelecer um bom contato com a adolescente parte da reflexão sobre os seus impulsos destrutivos ou construtivos, desde que a equipe multiprofissional saiba conduzir esse processo.	6 (8,2)	67 (91,8)
O adolescente necessita ser atendido de forma a não estigmatizar e não romper o envolvimento emocional positivo com ele.	4 (5,5)	69 (94,5)
A maioria dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas vive em situação de risco social, possui baixa escolaridade, condição econômica precária, comumente faz uso de drogas e testemunha a desestruturação da família.	23 (31,5)	50 (68,5)
Alguns jovens cometem o ato infracional pela possibilidade/necessidade de adquirir bens materiais, pela necessidade de reconhecimento social e/ou como pedido de ajuda.	11 (15,1)	62 (84,9)

A identidade como "um jovem infrator", em determinadas comunidades, é um lugar de poder.	11 (15,1)	62 (84,9)
O uso de drogas é um momento para estar em grupo, além de servir para anestesiá-los e distorcer a realidade muitas vezes difícil, tornando-a mais favorável.	2 (2,7)	71 (97,3)
A violência atravessa a sociedade brasileira e pode ser observada em diferentes espaços (ruas, casas, escolas, instituições, meios de comunicação e outros) estando os adolescentes também expostos a este contexto e muitas vezes reproduzindo esta violência.	39 (53,4)	34 (46,6)
Os jovens em conflito com a lei, em geral, tem em comum um sentimento de exclusão, seja anterior ou posterior ao ato infracional, pela estigmatização e preconceito que sofrem.	11 (15,1)	62 (84,9)

Fonte: Pesquisa.

Conforme ilustra a tabela, 78,1% dos profissionais do SINASE acreditam que conhecer a realidade do adolescente se faz necessário para que haja uma melhor intervenção, a luz da colocação de Lacan (1950 apud VILHENA; ZAMORA., 2011, p.9) de que “nem o crime nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica; nem sequer podemos captar a realidade concreta do crime sem referi-lo a um simbolismo cujas formas positivas coordenam-se na sociedade”, compreende-se que conhecer o contexto biopsicossocial do adolescente é essencial, uma vez que se deve levar em consideração toda a construção de vida do adolescente até o momento da internação e procurar entender os motivos pelos quais o mesmo se encontra em tal situação e o que o levou a cometer o ato infracional.

No que se refere às ações dos adolescentes, observa-se a relação entre as mesmas de acordo com a percepção do profissional que está diretamente ligado à intervenção e a ressocialização do jovem que infligiu à lei.

Segundo a tabela, 95,8% dos profissionais acreditam que as ações dos adolescentes não são escolhas individuais, dentro desse contexto, tem-se a ideia de que o adolescente tem sempre um terceiro que o influencia em algum aspecto. Ainda relacionado às ações dos adolescentes, 63% dos profissionais afirmam que as ações dos mesmos não estão relacionadas ao seu contexto de vida, seguido de 37% que acreditam que o contexto de vida e o meio social são fatores que interferem e que causam impacto nas ações do adolescente.

A tabela ilustra ainda, que houve uma prevalência relacionada à percepção dos profissionais no que se refere à ação dos adolescentes como uma ação de responsabilidade exclusiva deles. Vilhena e Zamora (2011) enfatizam que à medida que o adolescente é responsabilizado pelos seus atos, deve-se também repassar a sociedade sua parcela de responsabilidade, colocando os lados como equivalentes.

Por fim, 95,9% dos profissionais acreditam que as ações dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa estão associadas a problemas de conduta. Davoglio e Gauer (2011) acreditam que o comportamento do adolescente envolve, simultaneamente, duas importantes vertentes, a saúde e a violência, demandando abordagens tanto no que se refere à clínica, levando-se em consideração manifestações sintomáticas e psicopatológicas, quanto do jurídico, que está associado à criminalidade e a transgressão a lei. Dessa forma, considera-se que o comportamento e as ações do adolescente vão além da dimensão individual e particular e repercutem na sociedade, tornando cada vez mais necessário a implementação de políticas públicas e sociais que atenda o adolescente vulnerável e execute medidas eficientes no que se refere ao enfrentamento.

De acordo com os dados, 90,4% dos profissionais acreditam que quando o adolescente cria um vínculo afetivo com o educador torna diferente a relação que ele (o adolescente) tem com o processo de aprender. Ainda relacionado ao vínculo, 91,8% dos participantes do questionário concordam que a base para se estabelecer um bom contato com o adolescente parte da reflexão sobre os seus impulsos destrutivos ou construtivos, desde que a equipe multiprofissional saiba conduzir esse processo.

Referente aos aspectos sociais relacionados à vida do jovem em cumprimento de medida, 84,9% dos profissionais que realizaram o questionário não acreditam que o adolescente em conflito com a lei, em geral, tem em comum um sentimento de exclusão, seja anterior ou posterior ao ato infracional. É possível observar a partir desses dados contradição com a literatura, uma vez que a maioria dos artigos relacionam o adolescente que comete ato infracional ao preconceito, estigmatização e ao isolamento social.

No que diz respeito ao atendimento que é oferecido ao adolescente, 94,5% dos profissionais concordam que os jovens devem ser atendidos de forma que não sejam estigmatizados, procurando não romper o envolvimento emocional com ele.

Analisando os dados acima, percebe-se que apesar de grande parte dos profissionais sinalizarem positivamente em relação aos aspectos que descrevem o adolescente, uma minoria ainda carrega consigo pensamentos reducionistas que não consideram a complexidade do processo pedagógico de ressocialização e acabam deixando de lado fatores importantes como a humanização da intervenção e a criação de vínculo para uma melhor compreensão do jovem.

Dessa forma, é necessário que além de capacitações para que os profissionais estejam sempre em contato com novas formas de abordagem e intervenção, é importante que os mesmos estejam cientes que devem estar preparados para os obstáculos, dispostos a realizar um trabalho pedagógico com olhar diferenciado. (ZAPATA, 2010)

No que se refere ao perfil sócio demográfico, 68,5% dos participantes do questionário acreditam que a maioria dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa vive em situação de risco social, possui baixa escolaridade, condição econômica precária, comumente faz uso de drogas e testemunha a desestruturação da família.

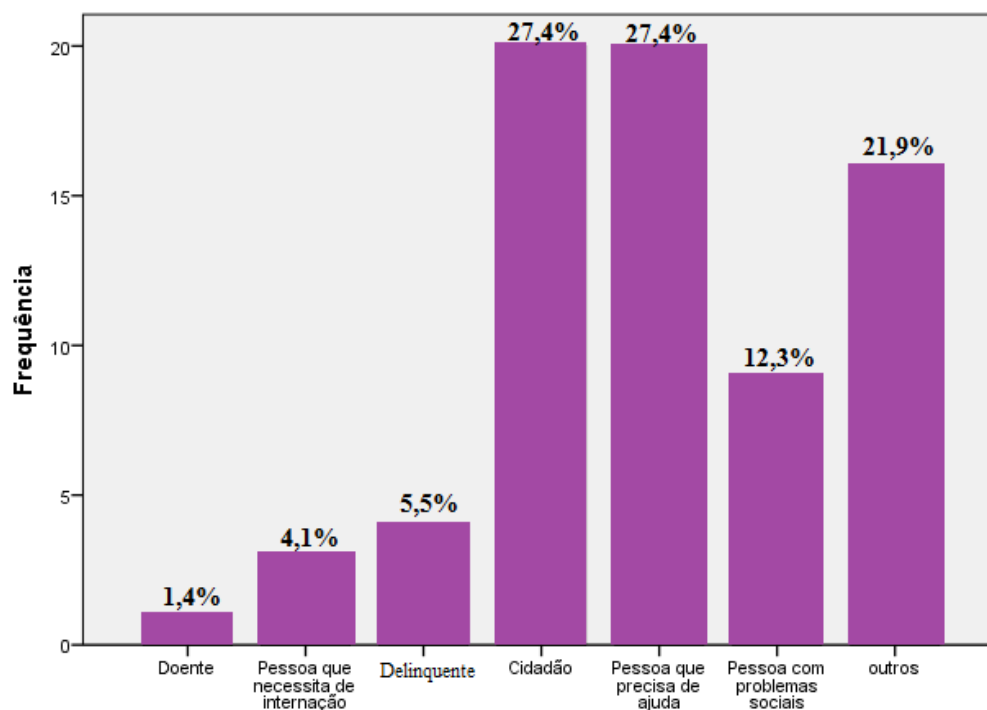
Relacionado à drogadição, 97,3% dos profissionais concordam que o uso de drogas pelo jovem é um momento para estar em grupo, além de servir para anestesiar as dores e distorcer a realidade muitas vezes difícil, tornando-a mais favorável.

Para 84,9% dos profissionais do SINASE que participaram do curso de capacitação, a entidade como “um jovem infrator”, em determinadas comunidades, é um lugar de poder e status, para a sociedade o mesmo pode ser visto como um criminoso, mas muitas vezes, no ambiente em que vive, ele é visto como autoridade, como alguém que merece ser respeitado. No que se refere a atos infracionais, 84,9% dos participantes concordam que tais atos são cometidos por jovens de todas as classes sociais, 15,1% acreditam que apenas jovens em situação de vulnerabilidade estão expostos aos riscos do cometimento do ato infracional. Ainda referente ao ato infracional, 84,9% dos profissionais envolvidos entende que alguns jovens cometem o ato infracional pela possibilidade/necessidade de adquirir bens materiais, pela necessidade de reconhecimento social e/ou como pedido de ajuda. Por fim, 94,5% dos profissionais não acreditam que a má criação dos pais é o que leva ao cometimento de atos infracionais pelo adolescente, o que nos leva a refletir se esses profissionais não consideram a estrutura e o bom convívio familiar como essencial na criação de um ser humano.

De acordo com Davoglio e Gauer (2011), adolescentes que entram em conflito com a lei apresentam entre si características similares independente do seu convívio social e de sua cultura, dentre tais características, encontra-se a quebra persistente de regras sociais, dificuldade de socialização, envolvimento com drogas, ausência de sentimento de culpa, baixo rendimento e evasão escolar, entre outros.

Com relação à percepção em si do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa o Gráfico 1 pontua algumas características que se destacam quanto ao tema.

Gráfico 1. O adolescente que cumpre medida socioeducativa é:



Fonte: Pesquisa.

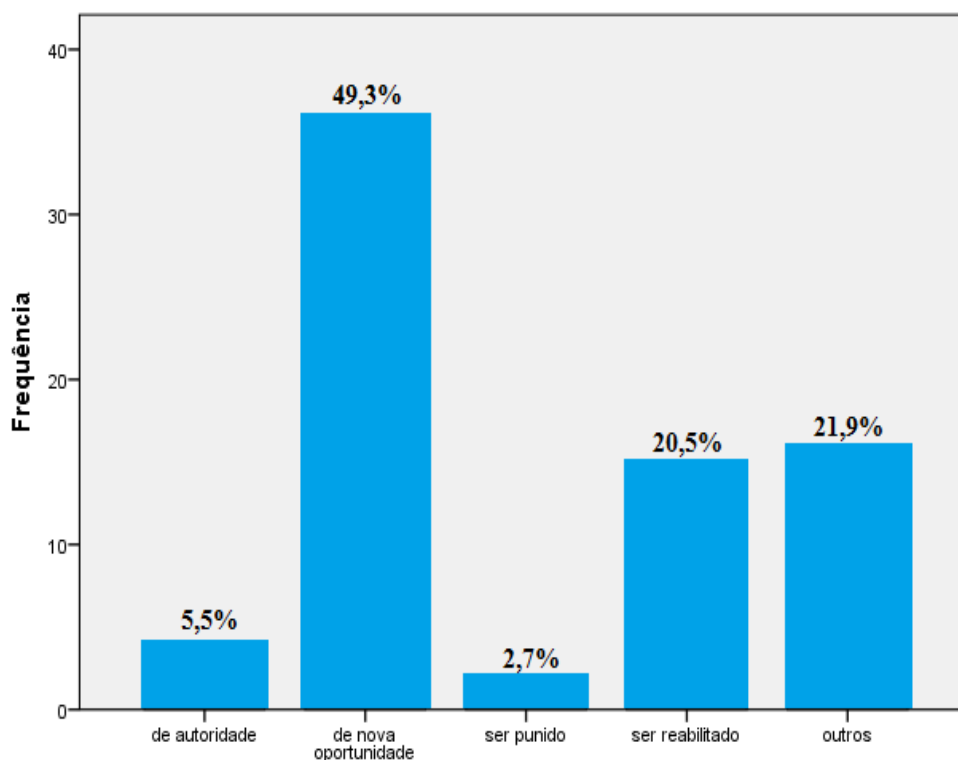
Com relação a essa percepção, os profissionais se referiram de forma igualitária quanto às características que mais se destacam no gráfico. Percebe-se ambivalência, uma vez que ao mesmo tempo que eles consideram o adolescente como cidadão, consideram também que os mesmos são pessoas que precisam de ajuda, ou seja, pessoas em situação de vulnerabilidade (27,4%).

Segundo Silva e Guerresi (2003), o ato infracional relacionado à adolescência não está apenas associada à baixa renda familiar ou até mesmo na miséria em si, mas, tem como causa maior, a desigualdade social, a ausência de políticas sociais voltadas para o enfrentamento de agravos e ao não exercício da cidadania.

Nesse contexto, percebe-se dois aspectos importantes, primeiramente, vemos que o adolescente é visto como sujeito de direitos pelos profissionais, em segundo plano, observa-se que esses adolescentes são classificados como pessoas em condições de alta vulnerabilidade no que se refere ao seu biopsicossocial e que, conseqüentemente, necessitam de apoio tanto do Estado como da família e da sociedade.

Com relação ao adolescente que cometeu ato infracional, o Gráfico 2 apresenta a percepção dos profissionais do SINASE quanto as principais necessidades referentes a esse jovem.

Gráfico 2. O adolescente que cometeu ato infracional necessita:



Fonte: Pesquisa.

Com relação a essa percepção, a tabela mostra prevalência em relação à necessidade que os adolescentes têm em ter novas oportunidades (49,3%), em contrapartida, percebe-se que apesar de toda essa sensibilização no que se refere à busca de direitos e de uma vida digna para esses adolescentes, 2,7% dos profissionais ainda acreditam que é necessário que o mesmo seja punido de alguma forma para pagar pelo crime cometido.

Para Muller et al. (2009), a proteção do estado e a preparação e o encaminhamento para o mercado de trabalho, juntamente com a educação formal são direitos do adolescente, e estão previstos durante o período de internação. Por esse motivo, cursos profissionalizantes e oficinas são oferecidos aos adolescentes durante esse período, apesar disso, muitas vezes essas atividades estão distantes dos desejos e das realidades com as quais o jovem se depara quando retornam para o seu meio social.

Portanto, é necessário que haja uma intervenção voltada não apenas para o momento em que o adolescente encontra-se em cumprimento de medida, é de extrema importância que

a equipe se articule para atender as necessidades do jovem, buscando a ressocialização, a reabilitação e a prevenção de danos, e compreendendo que esse período pode afetar na vida do mesmo, interferindo nos seus relacionamentos e perspectivas para o futuro.

A partir das variáveis que demonstraram constância significativa, foi elaborada uma tabela que teve como objetivo analisar as variáveis da atividade com imagem, buscando apresentar os dados a partir de frequência e compreender os aspectos relacionados ao adolescente que mais se destacam na visão do profissional do SINASE.

Tabela 2. Análise das variáveis da atividade com imagem, realizado no curso de capacitação para profissionais do SINASE, 2016.

Variáveis	Características	N (%)	Não se referem (%)
Perfil sócio demográfico	Adolescentes homens	2 (2,7)	59 (80,8)
	Negro/Pardo	3 (4,1)	
	Baixa renda familiar	6 (8,2)	
	Evasão escolar	3 (4,1)	
	Baixa escolaridade	10 (13,6)	
	Morador de periferia	2 (2,7)	
Características	Tatuagem	49 (67,1)	20 (27,3)
	Fumante	6 (8,2)	
	Acessórios (boné, brinco, colar)	11 (15,0)	
	Roupas e calçados de marca	13 (17,8)	
	Corte cabelo popular	2 (2,7)	
Contexto social	Usuário de drogas	10 (13,6)	54 (73,9)
	Desestrutura familiar	9 (12,3)	
	Sem perspectiva para o futuro	2 (2,7)	
	Tráfico de drogas	3 (4,1)	
	Vulnerabilidade social	3 (4,1)	
	Falta de lazer	2 (2,7)	
	Pouco acesso a bens materiais	4 (5,4)	
	Mãe como referência familiar	2 (2,7)	
	Discriminação	5 (6,8)	

Fonte: Pesquisa.

A Tabela 2 traz a frequência e a porcentagem referente a importantes aspectos a serem considerados quanto ao adolescente. Para uma melhor compreensão, a mesma foi dividida a partir de três variáveis, sendo elas: Perfil sócio demográfico, características do adolescente e contexto social. A partir da narrativa dos participantes da atividade com imagem, foi possível identificar fatores que condizem com as variáveis, tais fatores foram então categorizados na tabela a partir do contexto em que se encaixam.

No que se refere ao perfil sócio demográfico, o fator que mais se destaca é a baixa escolaridade (13,6%). Ainda relacionado à educação, 4,1% dos profissionais se referem à evasão escolar como um problema recorrente. Quanto ao gênero e a cor, 2,7% dos

participantes se referem a adolescentes do sexo masculino, que são, em sua maioria, Negros e Pardos (4,1%). Outro fator que se mostra em evidencia é a baixa renda familiar (8,2%), e a moradia do adolescente, 2,7% dos profissionais apontam que o jovem que está em cumprimento de medida socioeducativa é morador de periferia.

Silva e Guerresi (2003) apontam o predomínio do cenário de desigualdades que se evidencia entre os adolescentes brasileiros, dando destaque as diferenças no rendimento em função da raça/cor do adolescente, uma vez que, dentre os jovens, é possível observar que os negros são mais pobres que os jovens de cor branca, e que há um grande numero de meninos e meninas de faixa etária entre 12 a 18 anos que se encontra excluído da escola e do mercado de trabalho.

Quanto às características, é possível compreender a partir da narrativa descrita pelos profissionais na imagem, aspectos físicos e sociais que mais se destacam no adolescente que se encontra em privação de liberdade. Dentre essas características, o que mais se destaca é a tatuagem. Dos 73 participantes, 67,1% se referem à mesma, sendo que, alguns dos profissionais especificam quais tipos de tatuagem são mais prevalentes entre os jovens, sendo elas, tatuagem com nome dos pais (32,8%), tatuagem de palhaço (10,9%), seguido de tatuagens religiosas (5,4%).

A tabela pontua também que grande parte dos adolescentes usam roupas e calçados de marca (17,8%), acessórios como brinco, colar, piercing e boné (15%), corte de cabelo popular (2,7%) e evidencia que grande parte dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas são fumantes (8,2%).

Um dos principais alvos do delito juvenil são roupas, tênis, objetos de marcas, bonés, relógio, ou qualquer outro tipo de bem material do qual não possuem por falta de condições financeiras, uma vez que tais objetos representam status de consumo na sociedade em que vivemos, o adolescente está sempre em busca de possuir tais bens materiais, muitas vezes, com o intuito de sentir que, de alguma forma, se encontra numa posição igual aos adolescentes de outras classes sociais. (SILVA e GUERESI, 2003).

No que se refere ao contexto social, 13,6% dos profissionais destacam que o adolescente em privação de liberdade é usuário de drogas, seguido de 4,1% que infere o tráfico como um aspecto recorrente. Observa-se também a prevalência de profissionais do SINASE que destacam a desestrutura familiar (12,3%), a vulnerabilidade social (4,1%), o fato de ter mãe como referência familiar (2,7%), e a discriminação (6,8%) como uma constante dentre os adolescentes.

Silva e Guerresi (2003) ressaltam que grande parte dos jovens que estão em privação de liberdade no Brasil fazia uso de drogas antes da internação ou mantinham algum tipo de ligação com a mesma, nesse contexto, é importante compreender a necessidade de que as instituições estejam preparadas para atender o jovem usuário de drogas por meio de políticas públicas voltadas para o tema, atuando não apenas de forma institucional, mas também na comunidade, com objetivo de evitar a relação entre drogas e violência.

Winnicott (1987) coloca em ênfase à importância da família na constituição do sujeito e resalta que os fatores que são passíveis de penas criminais no período adulto estão diretamente relacionados à infância normal, sendo expressos por meio da relação entre a criança e seu lar.

No que diz respeito à discriminação, Vilhena e Zamora (2011), apontam que “Quando uma instituição maltrata os jovens, ela apenas confirma para eles que o mundo não é digno de confiança”. Dentro desse contexto, percebe-se que, no momento em que Estado, a família e a sociedade deixam de cumprir com seus deveres, o adolescente se torna vulnerável e inseguro, o que muitas vezes acaba acarretando danos que afetam o seu biopsicossocial e acabam se tornando o motivo que leva o adolescente a cometer o ato infracional.

Para compreender as variáveis do quadro onde não foi possível encontrar frequência de conteúdo, foi organizado de forma descritiva imagens por meio do SmartArt que tiveram como objetivo apontar aspectos importantes na fala dos profissionais descrita nas imagens.

Na Figura 1, observa-se a percepção do profissional do SINASE quanto a aspectos gerais relacionados ao jovem em cumprimento de medida socioeducativa que se encontra em privação de liberdade ou não. A partir dessa imagem, é possível observar que, de acordo com a percepção do profissional que está diretamente ligado ao serviço e aos socioeducandos, o jovem que comete ato infracional possui as mesmas características que qualquer outro, sendo possível reconhecer que esse jovem que se encontra em situação de ressocialização, tem clamor por ser ouvido e está em busca de aceitação e identidade, sendo que, muitas vezes, não encontra oportunidades, sejam essas na rua ou no sistema socioeducativo.



Figura 1 – Percepção do profissional do SINASE quanto ao jovem em cumprimento de medida socioeducativa.

Os profissionais demonstram uma percepção no que se refere ao comportamento do Jovem em cumprimento de medida socioeducativa e recomendações feitas ao mesmo, essas percepções foram ilustradas nas Figuras 2 e 3.

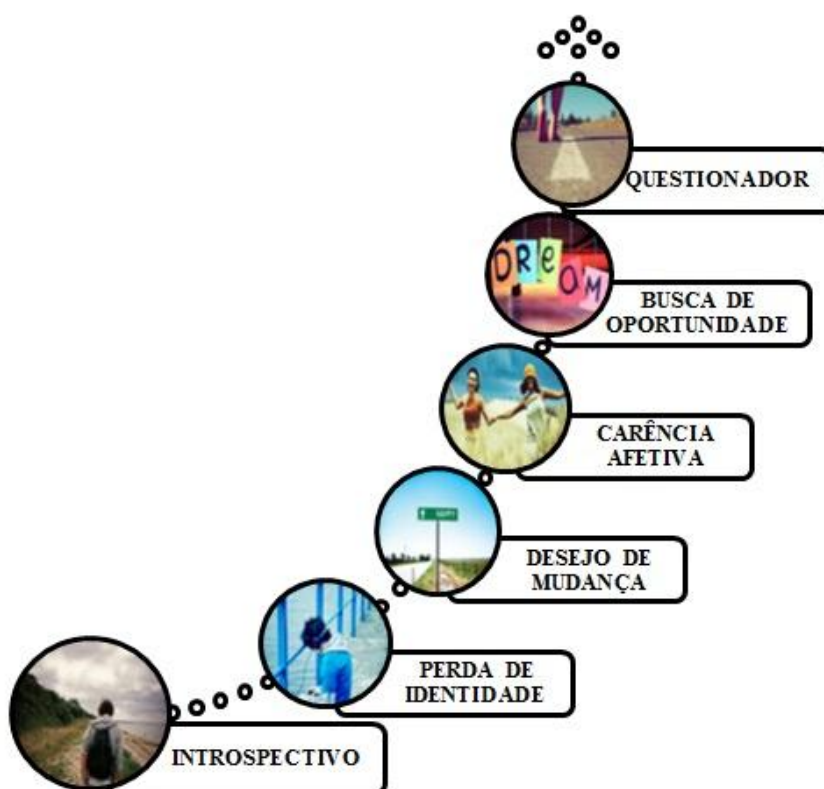


Figura 2 – Percepção dos profissionais do SINASE quanto ao comportamento do jovem em cumprimento de medida socioeducativa.

A Figura 2 apresenta características prevalentes no comportamento de adolescentes que cumprem algum tipo de medida. Dentre as características apresentadas na imagem,

observa-se que, nessa fase, o adolescente de forma geral passa por um período de varias mudanças, sendo essas tanto sociais quanto biológicas, tendo certa carência afetiva e necessidade de atenção tanto no que se refere aos seus direitos como ser humano quanto a questões que envolvem sentimento e cuidado. Tirando o olhar apenas do jovem que cumpre MSE e olhando amplamente, é compreensível que nessa fase, surjam questionamentos sobre o mundo e sobre si. É nesse período de transição para a vida adulta que o jovem faz escolhas importantes, e é essencial salientar que muitas dessas escolhas irão determinar fatores que se perpetuarão para o resto de suas vidas.

A partir desse contexto, o que entra em questão é: em que contexto se insere o jovem que não tem oportunidades? De que forma o mesmo deve ser tratado e como esse problema deve ser solucionado? É evidente que grande parte dos jovens que estão em situação de vulnerabilidade, infelizmente, não teve a oportunidade de fazer suas próprias escolhas, por infinitos fatores que permeiam a sua vida desde o nascimento. Como exemplo, podemos citar a baixa renda familiar, que, muitas vezes, acaba obrigando o adolescente a assumir responsabilidades muito cedo e, conseqüentemente, o obriga a procurar soluções que nem sempre o favorecem, causando evasão escolar e o envolvimento com o tráfico de drogas.

Nesse sentido, a figura 3 ilustra recomendações feitas pelos profissionais com objetivo de intervir da melhor forma possível no caso do adolescente negligenciado. Tendo em vista a garantia de direitos desse adolescente, esses profissionais elencam algumas questões importantes que devem ser levadas em consideração quanto ao processo de reabilitação juvenil.

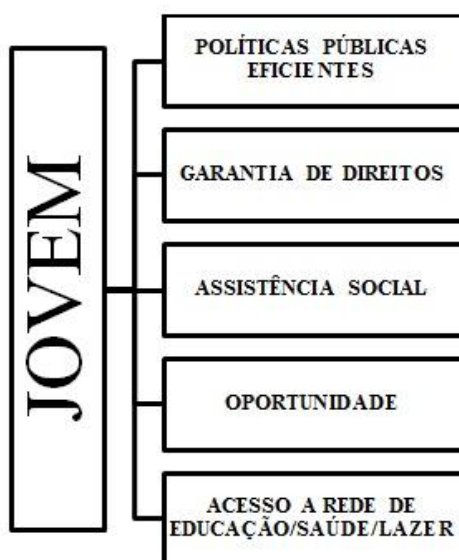


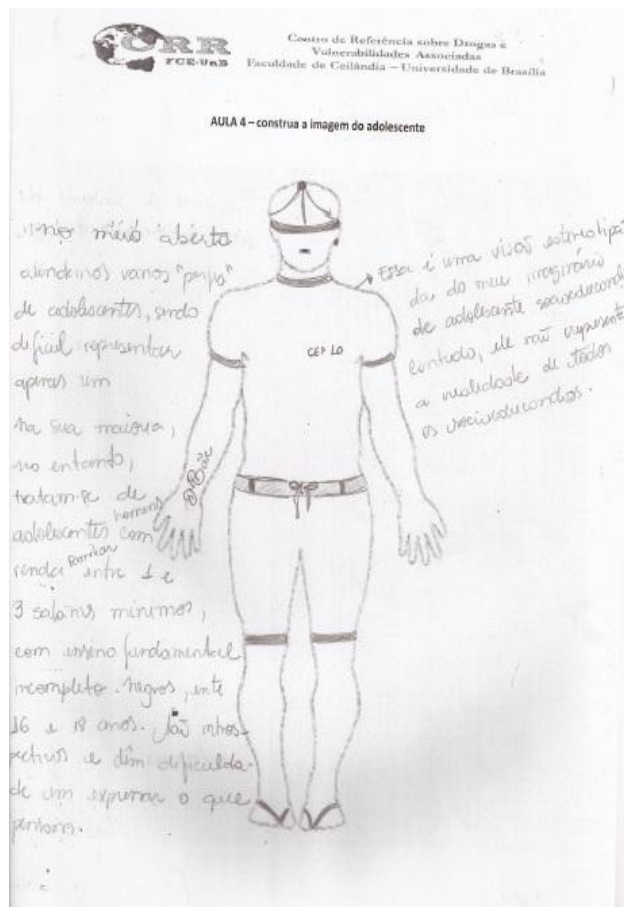
Figura 3 – Recomendações aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa feita por profissionais do SINASE que participaram do curso de capacitação.

Na imagem 1, o participante 1 (ANEXO VI) discorre a seguinte narrativa:

[...] No meio aberto, atendemos vários “perfis” de adolescentes, sendo difícil representar apenas um na sua maioria, no entanto, tratam-se de adolescentes homens com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, com ensino fundamental incompleto, negros, entre 16 e 18 anos. São introspectivos e tem dificuldade de expressar o que pensam. Essa é uma visão estereotipada do meu imaginário de adolescente socioeducando, contudo, ele não representa a realidade de todos os socioeducando[...]
Profissional 1.

Na narrativa do participante 1, é possível identificar fatores que dizem respeito ao perfil sóciodemográfico e ao comportamento do adolescente que comete o ato infracional, sendo que, o profissional atenta também, que a visão que o mesmo descreve é estereotipada e não representa a realidade de todos os jovens que participam do processo de ressocialização pedagógica.

Figura 4 – Atividade com imagem 1.



Silva e Guerresi (2003) relatam que do total geral de adolescentes no Brasil, apenas 0,2% (idades de 12 a 18 anos incompletos) estão em conflito com a lei. Deste total de jovens, 70% encontram-se cumprindo medidas socioeducativas em regime de meio aberto. Dentre esses adolescentes, cerca de 96% são do gênero masculino, pobres, de baixa escolaridade, sendo que a maioria são negros e pardos. Associando os estudos relacionados ao tema juntamente as informações colhidas na atividade, é possível observar que grande parte dos adolescentes que estão cumprindo medidas de caráter socioeducativo, estão em situação de risco e alta vulnerabilidade, seja no que diz respeito ao contexto social, ou ao que se refere à falta de estrutura familiar, renda, qualidade de vida e proteção do estado.

Castro (2010) destaca que, em situações de vulnerabilidade, no contexto de vida do adolescente, cabe dizer que muitas vezes, os réus (adolescentes), comentem atos infracionais por fatores que não se associam a sua vontade, uma vez que grande parte deles não possuem família, ou, se possuem, as mesmas não detém um mínimo de estrutura para atender necessidades, ampará-los e orientá-los quando necessário.

Na imagem 2, o participante 50 (ANEXO VI) traz narrativas que se referem ao seu ponto de vista sobre o adolescente e aos desejos que o mesmo coloca em evidência ao se pronunciar:

[...] Reconquistar o mundo, porém, precisa de ajuda da família e do estado através de políticas públicas que realmente funcionem. Discriminado por tudo”. “Quero dinheiro, não posso esperar. Balada, Hip Hop, Rap, Internet, família, filhos, consumismo, sonhos, meus objetivos de vida (felicidade), identidade [...].
Profissional 50.

As narrativas acima ilustram a importância da articulação entre a família e o estado, no que se refere ao amparo e ao cuidado do adolescente em questão e ao entendimento e a atribuição de valor ao adolescente como pessoa de direitos e deveres. Sendo assim, é importante destacar que um dos fundamentos da Constituição Federal é a dignidade da pessoa humana, isso significa, que toda pessoa tem seu devido valor, independente de sexo, cor, idade, origem, classe social e religião. Tal valor não está associado as suas posses ou a outros fatores, mas sim ao simples fato de serem pessoas humanas. (CASTRO, 2010).

Figura 5 – Atividade com imagem 2.



De acordo com as narrativas apresentadas, é possível observar que existe uma grande demanda de necessidades que partem do adolescente, desde a proteção do estado, o apoio familiar, o bom convívio social, o lazer, o direito a cidadania e tudo o que envolve qualidade de vida. É de extrema importância destacar que são esses fatores que irão determinar a busca do adolescente por reconhecimento social direcionado a construção de sua identidade, uma vez que, os mesmos, interferem diretamente em seu cotidiano e nos aspectos sociais que integralizam um conjunto de fatores que possibilitam essa construção.

Também é de extrema importância à compreensão de como a percepção do profissional atuante nessa área sobre o adolescente interfere nos aspectos de intervenção, nas estratégias de trabalho, no modelo de reabilitação, na abordagem desse adolescente e até mesmo na construção do Plano Individual de Atendimento – PIA. É importante destacar que a construção desse plano, além de outros pontos importantes no processo de reabilitação, é um dos focos e obrigação da equipe técnica da unidade de atendimento responsável, tendo como suporte a participação do adolescente e do seu meio familiar, bem como os relatórios e pareceres das equipes técnicas de todos os órgãos públicos, políticas públicas, programas e entidades que lhes oferece atendimento e/ou orientação. “A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a articulação no seu acompanhamento. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo”. (SINASE).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo descrever a percepção dos profissionais do SINASE, as questões relacionadas à juventude e seus processos nas medidas socioeducativas. Todos os aspectos pretendidos foram alcançados com êxito a partir da busca literária e da análise de dados dos instrumentos utilizados na pesquisa.

Através da análise dos dados apresentados e da pesquisa levantada no referencial teórico, observou-se que grande parte dos jovens e adolescentes que cometem atos infracionais fazem parte de um grupo com grande vulnerabilidade social, uma vez que apresentam falta de suporte familiar, baixa renda, baixa escolaridade e evasão escolar, exclusão social e muitas vezes possuem um acesso limitado tanto a serviços de saúde, quanto à justiça.

Nesse contexto, a juventude é um processo complexo que perpassa por uma fase de transformações e que acaba sendo influenciada por diversas circunstâncias, como por exemplo, os atos infracionais. Tais atos acabam gerando, na maioria das vezes, cumprimento de medidas socioeducativas. Nesse cenário, os jovens passam a interagir com profissionais que atuam no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Torna-se necessário então, compreender, que as políticas públicas que promovem a efetividade do sistema socioeducativo, o correto funcionamento dos espaços de internação, a garantia de direitos e a salubridade dos espaços físicos são tão importantes quanto o investimento, a valorização e a capacitação dos profissionais que atuam diretamente nessa área, uma vez que tais profissionais estão diretamente ligados com o processo de intervenção e ressocialização, e, conseqüentemente, tem o poder de interferir positivamente ou negativamente durante esse processo.

Foram consideradas como limitações o pouco número de estudos referentes a caracterização e ao funcionamento do SINASE.

Por fim, percebe-se a partir da ótica do profissional do SINASE a importância e a necessidade de um conjunto de fatores para que se possa alcançar êxito no que se refere ao cuidado do adolescente que cumpre medidas socioeducativas, é fundamental, que além da proteção do estado, o adolescente possa contar com o apoio familiar, o direito a saúde e ao lazer, e a dignidade no que se refere à pessoa humana. A partir desse contexto, espera-se que as medidas deixem de ter caráter punitivo e passem a ter de fato, uma abordagem psicopedagógica.

8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE et al. Medidas socioeducativas em conflito: um diagnóstico a partir das equipes técnicas e adolescentes do meio aberto. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 11 p. 30-69, 2014

ASSIS, S. G., PESCE, R. P. & AVANCI, J. Q. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Artmed/UNICEF, 2006

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 70. ed. Lisboa: Lda, 2009. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em: 16 Novembro de 2015.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? ICICT/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.

BORGES, Éverton André Luçardo. Adolescente infrator e políticas públicas para ressocialização. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 117, out 2013. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13694&revisao_caderno=12>. Acesso em jun 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. **Por uma política nacional de saúde para adolescentes que cumprem medidas Socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade**. Caderno 5. Grupo de Trabalho Saúde e Justiça. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A saúde de adolescentes e jovens: uma metodologia de auto-aprendizagem para equipes de atenção básica de saúde. Módulo básico. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sociais. Crianças e adolescentes, 2007b. Acesso em 06/06/2016, de <http://www.ibge.gov.br/home/>.

BRASIL. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**, 2007c. Acesso em 06/06/2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

BRASIL (1990) *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 10/06/2016.

_____. *Caderneta de saúde do adolescente*. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_menino.pdf> Aces
soem: 04 de Novembro de 2015.

CANOLETTI, B.; SOARES, C. B. Drug consumption prevention programs in Brazil: analysis of the scientific production from 1991 to 2001, *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.9, n.16, p.115-29, set.2004/fev.2005

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006.

CASTRO, Vívian Monsef de. O Adolescente Infrator e os Direitos Humanos. **Defensora Pública do Estado de São Paulo**, São Paulo, p.137-141, 2010. Disponível em:
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/Edepe_Revista.pdf#page=43>. Acesso em: 04 jun. 2016.

COSTA, C. R. B. S. F.; ASSIS, S. G. fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p.1-8, dez. 2006.

DAVOGLIO, Tércia Rita e GAUER, Gabriel José Chittó. Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. *Contextos Clínic* [online]. 2011, vol.4, n.1, pp. 42-52. ISSN 1983-3482.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.1-2, jun. 2015. Disponível em:
<http://adolescenciaesaude.com/imagebank/PDF/v2n2a02.pdf?aid2=167&nome_en=v2n2a02.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

FERREIRA FILHO, Olavo Franco; TURCHI, Marília Dalva; LARANJEIRA, Ronaldo and CASTELO, Adauto. Perfil sociodemográfico e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2003, vol.37, n.6, pp.751-759. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102003000600010>.

GASKELL, Martin W. Bauer e George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual pratico**. ed. Vozes, v.8,p.509. Petrópolis, 2010.

GUIMARAES, Cristian Fabiano; SANTOS, Daniela Vender Vieira dos; FREITAS, Rodrigo Cavallari de and ARAUJO, Renata Brasil. Perfil do usuário de crack e fatores relacionados à criminalidade em unidade de internação para desintoxicação no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre (RS). *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul* [online]. 2008, vol.30, n.2, pp.101-108. ISSN 0101-8108. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082008000300005>.

HORTA, Natália de Cássia; SENA, Roseni Rosângela de. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p.475-495, 2010.

LACAN, Jacques. (1950) “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p.147.

MACHADO, Ana Regina and MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*[online]. 2007, vol.14, n.3, pp.801-821. ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000300007>.

MORAIS, A. C.; MALFITANO, A. P. S. Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p.613-621, São Paulo, 2014.

MULLER, Francine et al. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras*. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p.70-78, 2009. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/189/177>>. Acesso em: 30 maio 2016.

RAPOSO, Clarissa. A Política de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde? **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 23, p.117-138, jul. 2009.

ROSALEN, P. C.; SALLES, L. M. F. O Jovem Infrator na Visão dos Profissionais da Febem – Rio Claro. **Educação: Teoria e Prática**, v. 10, n. 18, p.31-42, Rio Claro, 2002.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. **ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: SITUAÇÃO DO ATENDIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ipea), 2003. 111 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2933/1/TD_979.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

SOUZA, Jacqueline de e KANTORSKI, Luciane Prado. Embasamento político das concepções e práticas referentes às drogas no Brasil. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)* [online]. 2007, vol.3, n.2, pp. 00-00. ISSN 1806-6976.

UNICEF. A voz dos adolescentes. Brasília, 2002.

VERONSE, J. R.; LIMA, F. S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, p.29-46, São Paulo, 2009.

VILHENA, Junia de; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Da lei dos homens à lei da selva. Sobreadolescentes em conflito com a lei. From Human Law to the Law of the Jungle. On Adolescents in Conflict With the Law. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.1-14, dez. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v3n2/v3n2a05.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

WINNICOTT, Donald. W. (1987). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
Young, Jock (2002). *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Instituto Carioca de Criminologia, Vol. VII, Rio de Janeiro: Editora Revan.

ZAPATA, Fabiana Botelho. INTERNAÇÃO: MEDIDA SOCIOEDUCATIVA? REFLEXÕES SOBRE A SOCIOEDUCAÇÃO ASSOCIADA À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. **Defensora Pública do Estado de São Paulo**, São Paulo, p.43-50, 2010.

Disponível em:

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/Edepe_Revista.pdf#page=43>. Acesso em: 03 jun. 2016.

ZAPPE, J. G.; RAMOS, N. V. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. **Psicol. Soc.** [online]. vol.22, n.2, p.365-373. ISSN 0102-7182, 2010.

ANEXO I – QUIZ DA JUVENTUDE



Centro de Referência sobre Drogas e
Vulnerabilidades Associadas
Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

MARQUE A ALTERNATIVA QUE MAIS SE APROXIMA DA SUA COMPREENSÃO SOBRE OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA

- O adolescente que cumpre medida socioeducativa é:
- () doente () delinquente () cidadão () pessoa que precisa de ajuda
() Pessoa que necessita de internação () Pessoa com problemas sociais
() Outro. Descreva _____
- O adolescente que comete um ato infracional necessita:
- () de autoridade () de nova oportunidade () ser punido () Ser reabilitado
() Outro. Descreva _____

MARQUE ATÉ 3 ALTERNATIVAS QUE MAIS SE APROXIMAM DE SUA COMPREENSÃO SOBRE OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA

- () Para entender o adolescente em conflito com a lei é importante conhecer sua realidade.
() As ações dos adolescentes são escolhas individuais
() As ações dos adolescentes são influenciadas pelo contexto de vida
() As ações dos adolescentes não está relacionado ao seu contexto social
() As ações dos adolescentes são de responsabilidade exclusiva dele
() As ações dos adolescentes fazem parte de problemas de conduta
() Os adolescentes estão em pleno desenvolvimento de suas identidades, incorporando valores éticos e morais e tendo os adultos como modelo.



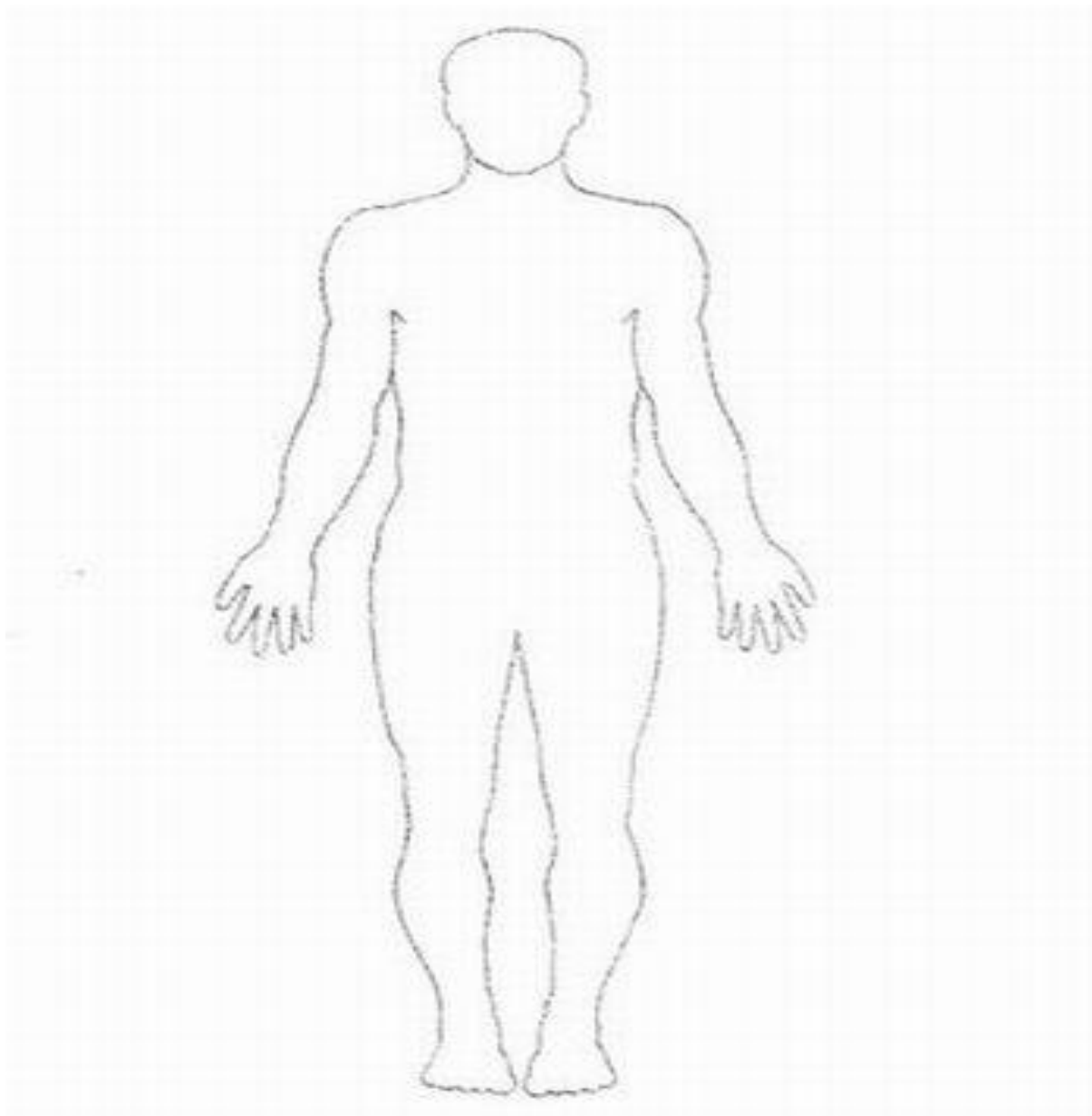
Centro de Referência sobre Drogas e
Vulnerabilidades Associadas
Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

- () A violência atravessa a sociedade brasileira e pode ser observada em diferentes espaços (ruas, casas, escolas, instituições, meios de comunicação e outros) estando os adolescentes também expostos a este contexto e muitas vezes reproduzindo esta violência por meio de atos infracionais
- () A má criação dos pais é o que leva ao cometimento de atos infracionais pelos adolescentes.
- () Os jovens em conflito com a lei, em geral, têm em comum um sentimento de exclusão, seja anterior ou posterior ao ato infracional, pela estigmatização e preconceito que sofrem
- () A base para se estabelecer um bom contato com o adolescente parte da reflexão sobre seus impulsos destrutivos ou construtivos, desde que a equipe multiprofissional saiba conduzir esse processo.
- () O adolescente necessita ser atendido de forma a não estigmatizar e não romper o envolvimento emocional positivo com ele.
- () A maioria dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas vive em situação de risco social, possui baixa escolaridade, condição econômica precária, comumente faz uso de drogas e testemunha a desestruturação de sua família.
- () Os atos infracionais são cometidos por jovens de todas as classes sociais.
- () Alguns jovens cometem o ato infracional pela possibilidade/necessidade de adquirir bens materiais, pela necessidade de reconhecimento social e/ou como pedido de ajuda.
- () A identidade como um “jovem infrator”, em determinadas comunidades, é um lugar de poder.
- () O uso de drogas é um momento para estar em grupo, além de servir para anestesiar as dores e distorcer a realidade muitas vezes difícil, tornando-a mais favorável.
- () Quando o adolescente cria um vínculo afetivo com o educador torna diferente a relação que ele (adolescente) tem com o processo de aprender.

ANEXO II – ATIVIDADE COM IMAGEM



Centro de Referência sobre Drogas e
Vulnerabilidades Associadas
Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília



APÊNDICE A – QUADRO DE VÁRIAVEIS REFERENTE ÀS IMAGENS

N	Perfil sociodemográfico	Características	Comportamento	Auto percepção	Contexto social	Recomendações	Atos infracionais cometidos
1	Adolescentes homens, com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos e ensino fundamental incompleto.	Tatuagem com nome dos pais.	São introspectivos e tem dificuldades em expressar o que pensam.	Essa é uma visão estereotipada do meu imaginário do adolescente socioeducacional, contudo, não representa a realidade de todos os socioeducandos.			
2						Oportunidades, garantia de direitos, políticas públicas eficientes e responsabilidades e limites.	
3		Forma de se vestir.		O adolescente que cometeu ato infracional possui as mesmas características que qualquer adolescente.	Talvez uma das diferenças seja o contexto social em que estão inseridos, as oportunidades de acesso à rede de proteção e a forma de perceber o mundo.		

4	Baixa escolarização.			Estão em busca de visão do mundo e de si, em busca de identidade e sentido, em busca de aceitação (ser amado), em busca de prazer e de encontrar o seu destino.		Políticas públicas, apoio familiar, apoio da comunidade e relações sociais.	
5	Baixa escolarização.	Tatuagens com nome dos pais, cigarro.					
6		Tatuagens de palhaço, acessórios.	O infrator confia na punição branda e tem quebra de laços familiares.	O infrator é carente de afetividade e é estigmatizado.		Prisão como forma de punição e ressocialização.	
7		Tatuagens e acessórios (brincos, colares, piercings)					
8		Tatuagem com nome dos pais, cigarro na boca.		Clamor para ser ouvido, muitas vezes em expressões corporais, modo de se vestir e fala.			
9	Evasão escolar, baixa renda.	Tatuagens com nome da mãe, tatuagem palhaço, roupas e calçados de marca.	Uso de gírias no vocabulário.		Usuário de drogas, desestrutura familiar e sem perspectiva para o futuro.		
10		Tatuagens (nome dos pais).	Uso de gírias no vocabulário.		Usuário de drogas.		
11	Alto índice de evasão escolar, baixa renda familiar.				Desestrutura familiar, aliciamento para o tráfico de drogas.		

12		Tatuagem com nome dos pais.	Perda de identidade e aprisionamento do corpo.	Ausência de críticas específicas para empoderamento das famílias e inclusão do jovem.	Vulnerabilidade social.		
13	Pouco escolaridade.		Assumem responsabilidades muito cedo.		Usuário de drogas, falta de orientação familiar.		
14			Curtição e balada.			Assistência social, trabalho, estudo, saúde, amigos.	
15		Tatuagens calçados e roupas de marca.					
16					Falta de vínculo familiar.		
17	Pobre, periferia.	Tatuagem palhaço, acessórios e cigarro na boca.					
18	Baixa escolarização.				Envolvimento com tráfico de drogas, falta de lazer, pouco acesso a bens materiais e falta de oportunidades.	Acesso a rede de educação, acesso a rede de saúde, oportunidade de construir uma nova história, cumprimento de regras.	
19		Tatuagem, boné.		Cabeça: caldeirão em ebulição.			
20		Tatuagens, roupas e calçados de marca.			Usuário de drogas (Lança, maconha, Rohypnol)		
21	Baixa escolarização, pele negra e morador de periferia.				Usuário de drogas e envolvimento com tráfico.		

22				O adolescente que faz parte do grupo em que eu trabalho, é bem problemático, pois, se na rua falta para ele oportunidades, de uma boa educação, de qualificação profissional, na internação não é diferente.			
23	Baixa escolaridade.		Rebelde, carente, excluído.		Sem expectativa quanto ao futuro, usuário de drogas, família desestruturada, tem a mãe como referência.		
24			Imaturidade, atencioso, receptivo, desejo de mudança, carência afetiva (alguns).		Família desestruturada, vulnerabilidade social, abandono e rejeição		
25	Baixa escolarização.	Tatuagens (carpa, palhaço, nome da mãe)			Comprometimento com uso de drogas, família desestruturada, pouco acesso a cultura.		
26			Frágil, desprotegido e inocente.				

27	Baixa renda.				Família desestruturada, abandono de escola, sem estrutura psicológica.		
28						Mais responsabilidades, respeito para com a família, diálogo com os educadores e familiares, temor de Deus, participar de intervenções sociais que o edificarão.	
29		Tatuagens nome dos pais.					
30		Boné aba reta, corte de cabelo popular, tatuagem de nomes,.	Não aceita autoridade, desinteresse por estudo, olhar disperso, fala arrastada, gírias.				
31	Negro/Pardo, não frequentou a escola				Família desestruturada.		Roubo, drogas, homicídio.
32		Tatuagens, roupas e calçados de marca.			Usuário de drogas (crack, maconha), tráfico.		
33				Adolescente chega oprimido, sujo, agressivo, machucado, as vezes arrependido.			
34		Tatuagens e roupas de marca.	Vocabulário, interesse por construir família.			Alguém que de a mão, compreensão.	

35			Drogadição, irresponsabilidade, sentimentos intensos e misturados.			Direito de ir e vir.	
36		Gírias, tatuagem com o nome da mãe.					
37		óculos, boné, bermuda, tênis (todos os itens de marca)			Aparentemente faz uso de drogas.		
38		Roupa de marca, tatuagem.					
39			Questionador, busca encontrar limites para sua conduta, algumas vezes agressivo, baixa capacidade para lidar com a frustração.				
40			Busca de oportunidades, prazer, consumo, bens materiais, amizades.				
41		Tatuagens					
42		Tatuagens, roupas e calçados de marca.	Hip Hop, Rap, balada, redes sociais.			Atendimento na área da saúde, cultura, lazer.	
43		Roupas de marca, acessórios.					
44		Tatuagens de nomes (pais).		Tô de boa, lá fora a gente vê. Estudar pra que? Sair daqui vou arrumar um trampo.			
45		Tatuagens	Carência, dor, sofrimento, raiva.				

46		Tatuagens	Triste, rebelde, identidade afetada, oscilação de humor, constrangido, carência afetiva.				
47		Tatuagens					
48		Tatuagens		Ei assistente, eu quero um encaminhamento para o CAPs.			
49		Tatuagens, acessórios					
50		Tatuagens e acessórios (brincos, colares, pircings)	Balada, Hip Hop, Rap, Internet	Reconquistar o mundo, porém, precisa de ajuda da família e do estado através de políticas públicas que realmente funcionem.	Discriminação		
51		Tatuagens					
52		Tatuagens		Jovem encontra-se perdido.			
53			Desamparado, medo, angústia, incerteza, dor, rejeição, ódio, tristeza, vazio.				
54		Tatuagens					
55		Tatuagens religiosas e com nome de familiares					
56		Tatuagens religiosas e com nome de familiares					
57		Tatuagens, roupas e calçados de marca.					

58		Tatuagens religiosas e com nome de familiares					
59		Tatuagem (palhaço, nome da mãe, religiosa)					
60		Roupas de marca, acessórios e tatuagens					
61		Tatuagens					
62		Roupas de marca, tatuagens					
63		Boné aba reta, tatuagem de nomes.					
64		Tatuagem de nomes e tatuagem palhaço.					
65		Boné aba reta, tatuagem de nome dos pais, cigarro na mão.					
66		Tatuagem com nome dos pais.					
67		Tatuagem com nome dos pais, cigarro na mão.					
68	Baixa escolarização, baixa renda, Pardo/Negro.	Boné, acessórios, corte de cabelo popular, tatuagem com nome dos pais.	Não olha nos olhos, baixa auto estima, usam muitas gírias.		Usuário de drogas.		
69		Tatuagem com nome dos pais.					
70		Tatuagem "Vida Loka", tatuagem com nome dos pais, tatuagem palhaço e cigarro na mão.					
71		Tatuagem com nome dos pais.					
72		Tatuagem com nome dos pais, tatuagem palhaço.					
73		Tatuagem, acessórios.					

